

Demonstrações Contábeis

SUBHOLDING I S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da

SUBHOLDING I S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SUBHOLDING I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de 17 de maio de 2023 até 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		2	0
Contas a receber de clientes		56	-
Outras contas a receber	4	1.198	-
Tributos a recuperar		23	-
Total do Ativo Circulante		1.279	0
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		137	-
Imobilizado	5	58.966	-
Intangíveis	5	117	-
Direito de uso	6	4.817	-
Outros ativos não circulantes		126	-
Total do Ativo Não Circulante		64.163	-
Total do Ativo		65.442	0
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		716	-
Contas a pagar parte relacionada	8	10.506	-
Passivo de arrendamento	6	340	-
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	9.1	13	-
Outros passivos circulantes		128	-
Total Passivo Circulante		11.703	-
Não Circulante			
Passivo de arrendamento	6	4.666	-
Total Passivo Não Circulante		4.666	-
Patrimônio Líquido e adiantamento para futuro aumento de capital			
Capital social	10	313	0
Adiantamento para aumento de Capital	10	48.768	-
Resultado do exercício	10	(8)	-
Total Patrimônio Líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		49.073	0
Total Passivo e do Patrimônio Líquido e adiantamento para futuro aumento de capital		65.442	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)
Receita Líquida	11	103	-
Custos dos bens construídos e serviços prestados		(92)	-
Resultado operacional bruto		11	-
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais		(26)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(15)	-
Despesas financeiras		(16)	-
Receitas financeiras		41	-
Resultado financeiro líquido		25	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		10	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(18)	-
Lucro/Prejuízo do exercício		(8)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(8)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(8)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total Patrimônio Líquido	AFAC	Total Patrimônio Líquido + AFAC
Saldo em 17 maior 2023 (não auditado)		-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital		0	-	-	0	-	-
Saldos em 31 dezembro 2023 (não auditado)		0	-	-	0	-	-
Subscrição de capital	10	118.413	(118.100)	-	313	-	313
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	-	-	-	48.768	48.768
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	10	-	-	(8)	(8)	-	(8)
Saldos em 31 dezembro 2024		118.413	(118.100)	(8)	305	48.768	49.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	10	-
<i>Ajustes para:</i>		
Depreciação - imobilizado	38	-
Lucro/Prejuízo Ajustado	48	-
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(56)	-
Tributos a recuperar	(160)	-
Outras contas a receber	(1.198)	-
Outros ativos	(126)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	716	-
Contas a pagar - parte relacionada	10.506	-
Outros passivos	128	-
Caixa consumido/gerado pelas atividades operacionais	9.858	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5)	-
Caixa líquido consumido/gerado pelas atividades operacionais	9.853	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(47.831)	-
Aquisição de intangíveis	(117)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(47.948)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	313	-
Recursos provenientes de adiantamento p/ futuro aumento de capital	38.029	-
Obrigações por arrendamentos	(245)	-
Caixa líquido consumido/gerado pelas atividades de financiamentos	38.097	-
Aumento/Redução líquido do caixa e equivalentes de caixa	2	-
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	2	-
Aumento/Redução líquido do caixa e equivalentes de caixa	2	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Subholding I S.A (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 17 de maio de 2023 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, locação e manutenção de centrais geradoras de energia fotovoltaica, com ativos atualmente localizados nas cidades de Vassouras – RJ, Valença – RJ, Volta Redonda - RJ e Maetinga – BA. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração indeterminado.

Atualmente as seguintes Usinas Fotovoltaicas estão em construção (Amparo 01, Amparo 02 e Lagoa Nova) e operação (Conservatória e Paty):

UFV	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MWp)
Conservatória	RJ	Valença	1,3
Faz Lagoa Nova	BA	Maetinga	3,25
Paty do Alferes	RJ	Vassouras	3,25
Amparo 1	RJ	Volta redonda	0,98
Amparo2	RJ	Volta redonda	0,98

Contrato de Locação

Em 02 de janeiro de 2024, a Companhia firmou Contratos de Locação de Unidade Fotovoltaica com o Consórcio RZ São Paulo cujo objeto é a locação das Usinas Fotovoltaicas Paty do Alferes, Amparo 1, Amparo 2 e Conservatória, com correspondente prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva das Usinas Fotovoltaicas pela Companhia para o Consórcio RZ São Paulo (“Contrato de Locação”).

Em 03 de janeiro de 2024, a Companhia firmou com a Cooperativa Terenas Energia um Contrato de Locação da Usina Fotovoltaica Fazenda Lagoa Nova. O contrato tem como objeto a locação da usina fotovoltaica, bem como a prestação dos serviços de operação e manutenção a serem executados pela Companhia. O prazo do contrato é de 20 (vinte) anos contado a partir da entrada em operação da usina, porém toda a operação da usina será realizada pela companhia.

Em ambos os Contratos de Locação, a Companhia se compromete a locar as Unidades Fotovoltaicas pelo prazo de 20 anos a contar a contar do início da operação das Unidades Fotovoltaicas, porém toda a operação da usina será realizada pela companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 03 de abril de 2025.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
Cpc 40 (R1) – Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

a) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais. Está em análise também o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras Normas Contábeis

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
Divulgação de Informação Financeira relacionada à Sustentabilidade	IFRS S1	01.01.2025
Divulgação relacionada ao Clima	IFRS S2	01.01.2025
OCPC 10 - Contabilização de Créditos de Carbono.		01.01.2025
Instrumentos Financeiros	IFRS 9 e IFRS 7	01.01.2025
ICPC09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial		01.01.2025

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas.

2.3. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e

passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e

nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- (i) Nota explicativa 9 - Imobilizado: Estimativa de vida útil de ativos;

2.4.1 Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou

Passivos financeiros--Continuação

menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira no resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Desconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.1. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.2. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.1. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Adicionalmente, os custos e receitas relacionados aos empréstimos e financiamentos são capitalizados conforme as disposições do CPC 20 (R2) - *Custos de Transação e Juros*, sendo incorporados ao valor contábil dos passivos financeiros, se aplicável, até o momento em que o passivo seja liquidado ou renegociado. Estes custos são amortizados ao longo da vigência do financiamento, utilizando-se igualmente o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.2. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.3. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.2. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.1. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.2. Despesas operacionais

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Em 2024, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior.

3.3. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. Outras contas a receber

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Ledax (i)	1.198	-
Total	1.198	-

(i) Valores a receber referente devoluções de adiantamentos realizados a maior que ocorrerem durante o exercício de 2024 com o fornecedor LEDAX, que é responsável pela prestação de serviços (EPC). Pois os valores foram orçados acima do real, gerando essa devolução que foi acordada via um aditivo de contrato com a prestadora de serviços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado/Intangível

Composição e movimentação dos saldos de imobilizado

R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação	Valor Bruto				Depreciação acumulada			Valor líquido		
		31/12/2023 (Não auditado)	Adições (A)	Transferências (B)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	Depreciação	31/12/2024	Adições Líquidas (A) + (B)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Geração - em serviço											
Máquinas e equipamentos	4,54%	-	-	11.940	11.940	-	(37)	(37)	11.940	11.903	-
Edificações, obras e benfeitorias	5,33%	-	-	519	519	-	(1)	(1)	519	518	-
Subtotal		-	-	12.459 (i)	12.459	-	(38)	(38)	12.459	12.421	-
Geração - em curso											
Imobilizado em andamento		-	56.720	(11.864)	44.856	-	-	-	44.856	44.856	-
Adiantamento a fornecedores		-	2.088	(399)	1.689	-	-	-	1.689	1.689	-
Subtotal		-	58.808(i)	(12.263) (i)	46.545	-	-	-	46.545	46.545	-
Total do Ativo Imobilizado		-	58.808	196	59.004	-	(38) (ii)	(38)	59.004	58.966	-

(i) O total de adições ao imobilizado em andamento referem-se principalmente ao início das obras dos parques solares da companhia, nos quais as principais atividades foram referentes a prestação de serviços com EPCistas com um valor aproximado de R\$ 30.842, juros capitalizados e custos de empréstimos, totalizando um montante líquido de R\$ 10.731 menos as receitas financeiras obtidas no exercício no montante de R\$ 4.511. Aquisição de máquinas e equipamentos e Edificações, obras e benfeitorias no montante de R\$ 12.459 que se referem ao campo que já foi concluído durante o exercício de 2024 e, portanto, já transferidos para o imobilizado em andamento. Os saldos ainda classificados como em andamento decorrem das obras nas UFVs Paty, Lagoa Nova, Amparo I e Amparo II que têm a expectativa de conclusão durante o exercício de 2025.

(ii) A depreciação e amortização apresentadas nos saldos de imobilizado e intangível referem-se à UFV Conservatória, que iniciou sua operação em outubro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado/Intangível--Continuação

Composição e movimentação dos saldos de intangível

R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização	Valor Bruto				Amortização acumulada			Valor líquido	
		31/12/2023 (não auditado)	Adições (A)	Transferências (B)	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	Amortização	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Geração - em serviço										
Software	20%	-	-	30	30	-	-	-	30	-
Subtotal		-	-	30	30	-	-	-	30	-
Geração - em curso										
Intangível em andamento		-	313	(226)	87	-	-	-	87	-
Subtotal		-	313	(226)	87	-	-	-	87	-
Total do Ativo Intangível		-	313	(196)	117	-	-	-	117	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Arrendamento e direito de uso

Composição e movimentação dos saldos

	31/12/2023 (não auditado)	Reconhecimento de contratos	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	31/12/2024
Direito de uso (a)	-	6.890	(1.875)	(198)	4.817
Total	-	6.890	(1.875)	(198)	4.817

	31/12/2023 (não auditado)	Reconhecimento de contratos	Remensuração de contratos (c)	Juros	Pagamento	31/12/2024
Obrigações por arrendamento (b)	-	6.890	(1.875)	236	(245)	5.006
Total	-	6.890	(1.875)	236	(245)	5.006
Total circulante	-					340
Total não circulante	-					4.666

- (a) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).
- (b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de 7,13% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização.
- (c) A remensuração dos contratos refere-se à atualização dos valores dos contratos de aluguel que são atualizados anualmente pelo IPCA.

Os arrendamentos demonstrados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2024
2026	366
2027	383
2028	400
2029	417
2030 a 2053	3.100
	4.666

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Provisão Contingente

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

A Companhia possui um contingente de prognóstico possível: houve a citação da Companhia em 7 processos trabalhistas contra o prestador de serviço Secron Alta Tecnologia em Construções Ltda totalizando R\$ 408.

8. Contas a pagar – Partes relacionadas

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
MTR Internacional (i)	10.506	-
Total	10.506	-

- (i) A MTR Internacional é o principal fornecedor da companhia e a natureza do saldo refere-se a compras de materiais e serviços referente a construção dos parques solares. A expectativa de conclusão das obras é no final do exercício de 2025.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Receita operacional	107	-
Base presunção IRPJ 8%	9	-
Base presunção CSLL 12%	13	-
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	41	-
Base de IRPJ	50	-
Despesa de IRPJ	(12)	-
Base de CSLL	54	-
Despesa de CSLL	(6)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(18)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18)	-

9.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Saldo inicial dos impostos a pagar	-	-
Impostos calculados	18	-
Impostos deduzido	-	-
Impostos pagos	(5)	-
Saldo final dos impostos a pagar	13	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$118.413 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e treze mil) e está representado por 2.606 (dois milhões e seiscentos e seis mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e em 2023 era de R\$400 (quatrocentos reais) representado em 400 (quatrocentos ações), distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2024			31/12/2023 (não auditado)		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
VICC GD I	2.293	118.100	99,74%	0,4	0,4	100%
499 Solar	313	313	0,26%	-	-	-
	2.606	118.413	100%	0,4	0,4	100%

Aumento de Capital – 12 de janeiro de 2024

Em 12 de janeiro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 312.682 (trezentos e doze milhões, seiscentos e oitenta e dois mil reais). Dessa forma, o capital social, que era de R\$ 400, passou para R\$ 313.082 (trezentos e treze milhões e oitenta e dois mil reais), representado por 313.082 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Esse aumento foi totalmente subscrito e integralizado pela 499 Solar.

Aumento de Capital – 16 de janeiro de 2024

Em 16 de janeiro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um novo aumento de capital, no valor de R\$ 118.100 (cento e dezoito milhões e cem mil reais), integralizado pela VICC GD I. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R\$ 118.413.082 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e treze mil e oitenta e dois reais), representado por 2.605.683 (dois milhões, seiscentos e cinco mil, seiscentos e oitenta e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Esse montante será integralizado a prazo, conforme a necessidade de caixa da Companhia.

b) AFAC

Perspectiva de Capitalização

A Administração da Companhia espera que os valores registrados como AFAC sejam capitalizados ao final da obra, ou seja, quando a construção estiver concluída, e os custos possam ser incorporados ao ativo correspondente. A capitalização dos valores ocorrerá conforme o progresso das obras e a necessidade de capitalização das despesas incorridas até a data de término da obra e o prazo de vencimento acordado para a conclusão das obras é até o final do exercício de 2025.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido--Continuação

c) Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (não auditado)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(8)	-
Lucro/Prejuízo por ação	(0,0256)	-

11. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Período de 17/05/2023</u> <u>a 31/12/2023</u> (não auditado)
Receita (i)	107	-
(-) Tributos sobre a receita	(4)	-
Total	103	-

- (i) Em outubro de 2024 ocorreu o início da operação na UFV Conservatória, onde obteve-se a geração de receitas oriundas da locação de instalação. Mensalmente são efetuadas as medições de locação das energias geradas dos equipamentos, e também reconhecimento das receitas oriundas aos serviços de operação e manutenção de equipamentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024	Período de 17/05/2023 a 31/12/2023 (não auditado)
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Arrendamento	2	5.006	-
Fornecedores	2	716	-

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido.

Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

12.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características dos clientes da Companhia.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

12.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2024, foram contratadas para a proteção do patrimônio da Usina Fotovoltaica Conservatória que entrou em operação em 2024. Esta apólice será endossada e incluirá as demais Usinas Fotovoltaicas na medida em que entrarem em operação:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais	R\$ 5.245.000	Patrimonial – Seguro Compreensivo Empresarial	21/11/2024 a 21/11/2025

14. Compromisso assumidos

Em conformidade com os contratos de EPC (Engenharia, Suprimento e Construção) e os compromissos assumidos relacionados à performance das usinas, destacam-se os seguintes compromissos:

Penalidades por Atraso na Obra

- Os contratos de EPC possuem cláusulas específicas que preveem a aplicação de penalidades em caso de atraso no cronograma executivo ou atraso na entrega final do projeto no prazo estabelecido pela concessionária. As penalidades serão aplicadas nas situações em que os prazos de execução e entrega do projeto não forem cumpridos conforme acordado no contrato.

Bonificação por Performance das Usinas:

- Em relação à performance das usinas fotovoltaicas, a empresa está sujeita a penalidades caso a operação e manutenção das usinas fotovoltaicas não atinja os resultados esperados.
- Por outro lado, a empresa também terá direito a bonificações caso a operação e manutenção das usinas fotovoltaicas atinja índices de performance superiores a previsão contratual. Esses compromissos assumidos refletem as condições contratuais para penalidades e bonificações em relação ao cumprimento dos prazos de entrega do projeto e à performance da operação e manutenção das usinas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Evento Subsequente

Em 30 de janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 73.679.749 (setenta e três milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais), passando de R\$ 118.413.082 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e treze mil e oitenta e dois reais) para R\$ 44.733.333 (quarenta e quatro milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais). Essa redução de capital foi realizada com o cancelamento de 948.358 (novecentas e quarenta e oito mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo:

- 768.262 (setecentas e sessenta e oito mil, duzentas e sessenta e duas) ações de titularidade da Vicc GD I.
- 180.096 (cento e oitenta mil e noventa e seis) ações de titularidade da 499 Solar.

Cabe destacar que as ações canceladas, no valor total da redução, ainda não estavam integralizadas. Portanto, não houve desembolso de caixa relacionado à redução de capital, uma vez que o valor reduzido ainda não havia sido integralizado pelas partes. A operação foi realizada exclusivamente no âmbito da reorganização do capital social da Companhia.

* * *

Diretoria Executiva

Eduardo Lopes Lobianco
Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9